

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT03.019

A FORMAÇÃO DA ELITE MILITAR BRASILEIRA: EDUCAÇÃO MILITAR, ESCOLA DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO E O MINISTÉRIO DA GUERRA DE GÓES MONTEIRO (1934-1935)

Marcus Fernandes Marcusso¹

RESUMO

A Escola de Estado-Maior (EEM) foi criada em 1905, e tinha como principal objetivo fornecer aos oficiais do Exército Brasileiro uma instrução militar superior que os habilitasse para exercer funções no Estado-Maior do Exército. O presente artigo tem como principal objetivo compreender as mudanças ocorridas na educação militar brasileira, de forma geral, e na Escola de Estado-Maior do Exército, de forma específica, durante a breve, mas intensa, gestão do general Góes Monteiro no Ministro da Guerra entre 1934 e 1935. O estudo sobre a Escola de Estado-Maior do Exército proporciona uma compreensão aprofundada sobre a formação do oficial-aluno do Exército Brasileiro, e as relações estabelecidas entre militares e civis nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: História da educação militar, Instituições militares de ensino, Escola de Estado-Maior do Exército

¹ Doutor em Educação. Professor efetivo do IFSULDEMINAS-Campus Poços de Caldas. marcus.marcusso@ifsuldeminas.edu.br

INTRODUÇÃO

A Escola de Estado-Maior era submetida à inspeção técnica do chefe do Estado-Maior do Exército, que foi criado pela lei nº 403, de 24 de outubro de 1896 e tinha como função primordial o preparo do Exército para a defesa da Pátria. Para isso era especialmente encarregado do estudo e aplicação das questões “relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne à instrução e disciplina da tropa.”(ESTEVES, 1996: 16).

A Escola de Estado-Maior era subordinada diretamente ao Ministro da Guerra e funcionou, em seus primeiros anos, no prédio do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Os primeiros anos de funcionamento da EEM foram marcados pela estrutura física simples, pela frequência de poucos alunos e pela influência do pensamento militar alemão. Tal cenário foi consideravelmente alterado a partir de 1919, quando o governo brasileiro contratou uma Missão Militar Francesa (MMF) para realizar uma grande reforma no Exército Brasileiro. A EEM foi uma das primeiras instituições militares a ser reorganizada pelos oficiais franceses. O período de influência francesa, de 1919 a 1940, foi marcado pela construção de um prédio escolar próprio, pelo aumento de cursos, pela criação de diretorias, pela redação de manuais próprios e pela capacitação de oficiais brasileiros para atuar como instrutores e professores na própria EEM. A não renovação do contrato com a MMF em 1940² marcou o fim da presença dos oficiais franceses na estrutura do Exército e da EEM.

METODOLOGIA

A realização da pesquisa adotou alguns pressupostos teórico-metodológicos da epistemologia marxista como pontos de orientação no desenvolvimento das análises acerca da Escola de Estado-Maior. A orientação mais geral refere-se ao ponto de partida para a elaboração da tese. Ao tecer comentário sobre seus estudos de economia política Marx afirma que a análise deve “começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva.” (MARX, 1974, p.122). A partir dos elementos do real, de uma base empírica, do estudo sistemático das

² Este ano também marcou a mudança da escola para sua atual sede, na Praia Vermelha.

relações estabelecidas por eles em uma crescente complexificação até atingir uma “rica totalidade de determinações e relações diversas.” (MARX, 1974, p.122). Dessa forma a investigação precisa, segundo Marx, “se apropriar do material em pormenor, de analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e de seguir a pista do seu vínculo interno. Somente depois de ter completado este trabalho pode o movimento real ser exposto em conformidade.” (MARX, 1983. p.102).

Desse modo, pode-se considerar o particular como expressão do desenvolvimento geral e nesse sentido partir dele para uma compreensão mais ampla do objeto de pesquisa. Na tentativa de aproximar tais orientações cita-se o artigo de Ester Buffa e Paolo Nosella que trata da utilização dos pressupostos metodológicos de Marx para o estudo de instituições escolares. Para os autores, “o fundamental do método não está na consideração abstrata dos dois termos, escola e sociedade, relacionados a posteriori, mas na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa relação”.(BUFFA; NOSELLA, 2005, p.362). Não se pode incorrer no erro comum de estudar a instituição escolar, seja ela civil ou militar, de modo dissociado da sociedade na mesma proporção que é incorreto tomar a tal instituição como produto direto e passivo da sociedade em que está inserida. Nesse sentido, Bittar e Ferreira Jr atestam que

Quaisquer transformações no interior de uma instituição escolar, por exemplo, não podem ser tomadas exclusivamente por causas geradas no âmbito das relações sociais de produção, pois as próprias instituições superestruturais, movidas por um conjunto complexo e contraditório de causas (políticas, ideológicas, religiosas, culturais, pedagógicas etc.), acabam por estabelecer entre si múltiplas interações que têm consequências nem sempre condicionadas economicamente. (BITTAR; FERREIRA JR, 2009, p.504).

Assim, a análise de uma instituição de ensino deve levar em conta a lógica de seu desenvolvimento interno,

buscando perceber o paradigma educacional por meio do qual a sua história foi se constituindo, isto é, procurando estabelecer os nexos por meio dos quais se viabilizaram as concretas relações entre a própria instituição e a sociedade que lhe conferia sustentação. (BITTAR; FERREIRA JR, 2009, p.504)

Segundo Buffa e Nosella o elemento fundamental para a epistemologia marxista e seu método dialético, quando se tratam dos estudos sobre instituições escolares, “é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o

geral, isto é, com a totalidade social, evidenciando interesses contraditórios. Dessa relação emerge a história e a filosofia da instituição em seu sentido pleno.”(BUFFA; NOSELLA, 2009, p.51).

É precisamente nesse sentido que será desenvolvida a pesquisa sobre a Escola de Estado-Maior, levando em conta toda a especificidade do objeto em relação ao seu **grau escolar**: superior; **estatuto jurídico**: pública e **natureza institucional**: formação técnica superior e de comando para oficiais do exército. Tal caracterização seguiu as orientações propostas por Buffa e Nosella para a classificação dos tipos de instituição escolar. (BUFFA; NOSELLA, 2009, p.14).

O estudo de instituições militares tem se desenvolvido a partir de propostas metodológicas específicas ao longo das últimas décadas. Não cabe aqui realizar a revisão de literatura dessas produções, entretanto teceremos algumas considerações acerca das principais perspectivas, descrevendo quais elementos foram utilizados para a escrita da presente pesquisa. De modo geral, temos duas propostas: a perspectiva institucional ou organizacional e a perspectiva instrumental.

A chamada “perspectiva institucional” foi elaborada por Edmundo Campos Coelho (2000), e propõe levar em conta as especificidades internas da instituição para a análise do Exército, no nosso caso da EEM. Vale ressaltar que tal enfoque não despreza, totalmente, as transformações externas que afetam a instituição militar, ao contrário, estabelece diálogo com estas. É nesse sentido que Coelho (2000) sugere que as atitudes políticas dos militares deveriam ser interpretadas a partir das conexões entre as características próprias da instituição e as expectativas da sociedade em relação às Forças Armadas.

Domingos Neto (1980), assevera que essa perspectiva leva em conta diversos aspectos na análise de uma instituição militar, como “sua forma de organização, suas regras de funcionamento interno, a articulação de seu comando, sua capacidade operacional, a formação profissional de seus membros.” (DOMINGOS NETO, 1980, p.43). Em muitos casos tais elementos são determinantes das atitudes políticas dos militares. Assim, o sentido da intervenção política dos militares “está necessariamente vinculado à realidade se suas corporações”. (DOMINGOS NETO, 1980, p.43).

Essa abordagem é elaborada em oposição à chamada abordagem instrumental do Exército, caracterizando-o como instrumento de determinados grupos políticos, sendo assim, apenas refratária das clivagens e disputas internas de segmentos sociais. Essa interpretação vigorou, por exemplo, nos estudos ini-

ciais sobre o movimento tenentista, que explicavam a ação dos jovens oficiais como representação de aspirações das crescentes classes médias urbanas, ou até mesmo em estudos sobre a ação dos militares na Revolução de 30. Essa perspectiva se mostra muito reducionista para se compreender uma instituição complexa e com tantas especificidades internas, como o Exército e suas instituições de ensino.

No entanto, como toda proposta metodológica, a perspectiva institucional também pode gerar análises simplificadoras que, por exemplo, levem a compreensão de que as instituições militares são autônomas em relação à sociedade civil, e, em última instância, poderiam ser compreendidas levando em conta apenas suas estruturas e dinâmicas internas. A esse respeito, Quartim de Moraes considera a perspectiva organizacional “metodologicamente impecável”, mas “epistemologicamente mutiladora, porque, ao fazer da organização ‘unidade de análise’, transforma-a num sujeito trans-histórico em vez de concebê-la como produto de sua própria história.” (MORAES, 2005, p.200). Isso fica claro, por exemplo, na análise sobre a participação da Escola Militar da Praia Vermelha nos levantes relativos à Revolta da Vacina em 1904, onde a adesão em massa dos alunos foi fortemente estimulada por grupos políticos.

Com vistas a atenuar possíveis deturpações e simplificações consequentes da escolha unilateral de uma perspectiva, adotaremos a proposta metodológica que parta dos pressupostos da abordagem institucional, mas que incorpore elementos considerados válidos da abordagem instrumental. Fucille (2006) denomina de “perspectiva combinada” ao propor a justaposição das perspectivas, tendo em vista a incorporação analítica de elementos importantes como as “considerações advindas da cultura política, da análise do Estado, do comportamento dos atores, dos processos, das disputas de hegemonia, das análises organizacional e institucional.” (FUCILLE, 2006, p.36). Lima Filho (2011), ao propor a mesma integração, denomina de “perspectiva dual”, observando a “inserção da Escola no aparelho de Estado e dos mecanismos de sua socialização.” (LIMA FILHO, 2011, p.19).

O estudo do processo político nacional comporta elementos vinculados às duas concepções, de acordo com Antônio Carlos Peixoto (1980, uma vez que as Forças Armadas “não são um agente político ‘como os outros’ – partidos, grupos de interesse e de pressão, correntes de opinião –, dadas as características de seu funcionamento interno e de sua finalidade.”. No entanto, por fazer

parte, como instituição, do aparelho do Estado, “não se acham desvinculadas da sociedade global”. (PEIXOTO, 1980, p.31).

Dessa forma, a análise da EEM e de seus regulamentos foram realizadas a partir das estruturas e dinâmicas internas do Exército, mas sempre levando em conta a inserção da instituição no aparelho do Estado. As alterações regulamentares ao longo da década de 1930, por exemplo, estavam mais ligadas a fatores políticos externos, como a Revolução de 30 e o governo provisório de Getúlio Vargas, do que a necessidades institucionais de mudança, como ocorrido na década anterior.

Em síntese, Lima Filho afirma que as instituições militares devem ser entendidas

como um aparelho de repressão do Estado munido de certo grau de autonomia, capaz de assegurar suas posições devido à formação ideológica e profissional de seus membros, definidos por procedimentos burocráticos, hierárquicos e simbólicos, que nor-teiam suas orientações políticas. (LIMA FILHO, 2011, p.19).

No caso da EEM ainda deve-se levar em conta que a formação oferecida aos oficiais visava à habilitação para funções importantes no Estado-Maior, sendo que a instituição seria tida como um “viveiro de oficiais” onde o Governo Central iria recrutar o Alto Comando do Exército. É exatamente em relação a essa função primordial da EEM, presente em todos os regulamentos entre as décadas de 1920 e 1930, que se pretende utilizar o conceito de elite militar para definir seus egressos.

A definição do conceito de “elite militar” que pretendemos utilizar será caracterizada, antes de tudo, com base nas considerações elaboradas por Wright Mills (1962). Segundo Mills, a definição de elite é, fundamentalmente, posicional, já que os membros de determinada elite seriam definidos de acordo com as posições ocupadas nas instituições mais importantes da estrutura social do país, a saber: as instituições econômicas, políticas e militares. Em outras palavras:

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes conseqüências. [...] Governam as grandes companhias. Governam a máquina do Estado e reivindicam suas prerrogativas. Dirigem a organização militar. Ocupam postos de comando estratégico da estrutura social. (WRIGHT MILLS, 1962, p. 14).

A análise de Mills tem como foco analítico a elite do poder norte-americana, em suas mais diversas formas: as celebridades, os ricos, os políticos e os militares. De acordo com o autor:

A ideia da elite do poder se baseia e nos permite perceber o sentido das (1) tendências institucionais decisivas que caracterizam a economia incorporada particularmente e, mais ainda, as várias coincidências e interesses objetivos entre as instituições econômicas, militares e políticas; (2) as semelhanças sociais e afinidades psicológicas dos homens que ocupam os postos de comando dessas estruturas, em particular o intercâmbio das altas posições de cada uma delas, e a maior troca entre essas ordens, no que se relaciona com a carreira dos homens de poder; (3) as ramificações, em quase totalidade, do tipo de decisões tomadas no alto, e a subida ao poder de um grupo de homens que, pelo treinamento e vocação, são organizadores profissionais de força considerável e que não sofrem as limitações da formação democrática dos partidos. (WRIGHT MILLS, 1962, p. 352-353)

Por se tratar de um estudo de sociologia, a obra expõe proposições teórico-metodológicas, gerando categorias de análise importantes, e por isso será usada para a escrita da tese.

Nos estudos sobre o Exército a utilização mais comum do conceito de elite militar remete diretamente à posição ocupada na hierarquia militar, ou seja, de oficiais superiores (Major, Tenente-Coronel e Coronel, em ordem crescente) e, principalmente, de oficiais gerais (General de brigada, General de divisão, General do Exército e Marechal, em ordem crescente). Tomar-se-á essa definição como base, considerando que a forma de ascensão na hierarquia militar que na experiência brasileira, desde a segunda metade do século XIX, funde “princípios meritocráticos (títulos escolares, tempo de serviço, bravura) e extra-meritocráticos (relações personalísticas, notoriedade política).” (SEIDL, 2008, p.199).

No entanto, vale ressaltar que a progressiva profissionalização do Exército ao longo dos anos, especialmente a partir da década de 1920, reforçou os princípios meritocráticos em detrimento dos personalistas. Tal afirmação pode ser constatada pela exigência do curso da EEM como requisito para a promoção a General de Brigada a partir de 1929. Morris Janowitz (1967), ao estudar os processos de profissionalização no âmbito militar, destaca duas características: a burocratização e a especialização. A primeira classifica os militares como servidores do Estado e girava em torno de questões como os soldos baixos, as

promoções defasadas, os quartéis precários e os armamentos obsoletos. A segunda se relaciona diretamente com o sistema educacional nas instituições militares de ensino, ou seja, com a necessidade de modernização dos estabelecimentos existentes e a criação de novos centros educacionais especializados.

No caso brasileiro, essas mudanças foram concretizadas principalmente com a ajuda de missões militares estrangeiras como a Francesa e a Norte-americana. Segundo Fernando Rodrigues a “profissionalização do Exército, principalmente dos oficiais, é bem mais complexa e foi feita através de um processo lento e gradativo de reformas no sistema de ensino e de mudanças na estrutura da organização da Instituição.” (RODRIGUES, 2008, p.45).

Por fim, em relação ao conceito de elite militar, Janowitz aventa a possibilidade de que uma pequena proporção de homens dentro de uma “profissão militar, como em qualquer outra, pode ser vista como uma “elite”, ou seja, como aqueles que detêm a maior soma do poder real e potencial, se o poder for definido como um controle sobre o comportamento de outras pessoas.” (JANOWITZ, 1967, p.14). Além da questão já apontada da hierarquia interna da instituição ampliar-se-á o conceito de elite militar para caracterizar os oficiais que usam suas qualificações técnicas para elaborar uma doutrina militar capaz de dar unidade e homogeneidade para as ações do Exército, tanto no âmbito institucional quanto no contexto de suas relações com determinados grupos sociais.

A documentação primária foi a principal fonte para a elaboração da pesquisa. Foram consultadas fontes manuscritas, impressas, virtuais e orais. De origem oficial, de arquivo pessoal, de relatos memorialísticos, entrevistas e memórias. A utilização das fontes secundárias e a construção das análises foram realizadas a partir do cruzamento das informações constantes nas fontes primárias. Algumas orientações metodológicas são fundamentais quando se aborda uma grande quantidade de documentos. As memórias, as entrevistas e os relatos memorialísticos de ex-alunos da EEM, foram analisados com base nas considerações tecidas por Pollak (1989) e Alberti (2004). Pollak afirma que o trabalho relacionado ao enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado com inúmeras referências associadas – guiando-se pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, ou seja, “esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989, p.8).

Nesse sentido Verena Alberti (2004) assevera que no processo de construção da narrativa, principalmente da autobiográfica, o escritor se move constantemente entre o que “é” e o que “poderia ser”. Essa narrativa de perspectiva retrospectiva, cujo assunto tratado é a vida individual, envolve subjetivamente omissões, seleção de acontecimentos a serem relatados e um desequilíbrio entre a importância dos fatos. Cabe, assim, ao pesquisador/entrevistador indagar-se sobre a plausibilidade das informações cedidas na entrevista através da comparação com outras fontes, bem como uma análise da posição social, política e ideológica do entrevistado, seja na época dos fatos narrados, seja na época da narração.

Com critérios semelhantes foram analisados os documentos oficiais: regulamentos de ensino da Escola de Estado-Maior, relatórios dos Ministros da Guerra e relatórios de trabalhos do Estado-Maior. Na análise desse tipo de documento é fundamental levar-se em conta, além de seu conteúdo, as circunstâncias históricas em que foram elaborados, os responsáveis por sua feitura, e, por fim, a relação destes com a realidade concreta. Por exemplo, o fato de constar no regulamento que a EEM deveria realizar exercícios práticos de tática não garantiu a efetiva realização destes, especialmente nos primeiros anos de funcionamento quando as aulas eram essencialmente teóricas. Em diversos momentos percebe-se que as determinações dos estatutos encontraram grandes dificuldades de concretização, como atestam algumas memórias de ex-alunos, e até os relatórios dos ministros da guerra ou dos chefes do Estado-Maior. No caso dos relatórios (MG e Chefe do EME), outro aspecto fundamental que deve ser levado em conta é a posição ocupada pelo produtor do documento na estrutura hierárquica do Exército, além de sua posição social e política.

A criação dos regulamentos das instituições militares de ensino não era motivada apenas por necessidades técnicas ou profissionais. Grunennvaldt (2008) aponta que as sucessivas alterações e substituições dos regulamentos indicavam importantes disputas políticas no interior do Alto Comando do Exército, que, invariavelmente, se relacionavam com o alto escalão da política civil. Assim, a legislação extrapolava o limite da instituição militar de ensino, representando os interesses dos sucessivos governos, e, em última instância, do próprio Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A eclosão da Revolução de 30 potencializou a vontade de autonomia³ do alto oficialato brasileiro após uma década de orientação e supervisão da Missão Militar Francesa. Esse desejo serviu de guia para grande parte das transformações na Escola de Estado-Maior, e nas demais escolas do Exército ao longo da década de 1930. O governo provisório de Getúlio Vargas também foi marcado por uma crescente pressão para o fim do contrato com a MMF. O chefe da missão à época, General Huntziger relatava⁴ ao seu Ministro da Guerra uma conversa com o chefe do EME, Tasso Fragoso, na qual era informado sobre o fato de que “uma corrente nacionalista pressiona o governo para acabar com os estrangeiros no país.” (BELLINTANI, 2009: 465).

A despeito das pressões, o contrato com a MMF foi renovado março de 1932, mas com duas alterações importantes: diminuição de sua duração, de quatro para dois anos, e a diminuição do efetivo quase pela metade: de 36 oficiais e 6 suboficiais para 18 oficiais e 2 suboficiais. (MALAN, 1988: 159). A redução de impactou a atuação dos oficiais franceses nas instituições militares de ensino, que passariam a ter papéis secundários e pontuais.

O contrato de 1934, também abordava um tema sensível e caro aos franceses: a exclusividade na compra de material bélico. A preferência aos materiais franceses seria mantida desde que estes apresentassem “igualdade do valor técnico” e “preço e prazo de entrega” idênticos aos propostos por outras potências. (BELLINTANI, 2009: 465). Tais critérios, inexistentes em contratos anteriores, abalavam a hegemonia da indústria bélica francesa no Exército brasileiro, um dos pilares de atuação do General Gamelin, primeiro chefe da MMF, desde 1920.

O Ministro da Guerra, Góes Monteiro, em seu relatório de 1934, analisava a renovação do contrato como ainda necessária, embora o tom fosse de despedida ao agradecer a MMF pelos seus “mais assinalados serviços” e por “todo o ensino em nossas escolas” (MONTEIRO, 1935: 52). A menção reduzida de refe-

³ A vontade de autonomia e protagonismo no direcionamento da educação militar pode ser constatada desde os relatórios do General Bento Ribeiro, chefe do EME, que protagonizou momentos de tensão e conflito com a chegada da MMF em 1919 como descrito em (MARCUSO: 2018, p.29-55).

⁴ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França (28.05.1931).

rências aos oficiais franceses nos Regulamentos de ensino da EEM de 1934-35⁵ e 1938 reforçava o tom.

Ao longo dos 79 artigos que compõe as determinações do Regulamento de 1934-35 não há nenhuma menção às atribuições de oficiais franceses ou da própria MMF, ficando relegados a um artigo das “disposições transitórias” que inseria a MMF como orientadores do ensino na instituição em uma grande gama de ações e atribuições que conflitavam diretamente com toda a diretriz construída ao longo do regulamento: ausência de oficiais franceses, e centralização das decisões no cargo de comandante da EEM, inclusive nas avaliações dos oficiais-alunos. Restou ao chefe da MMF, um papel de destaque no Curso de Informações de 1935⁶, que consistiu em doze conferências proferidas pelo General Noel (chefe da Missão).

As determinações do Regulamento de 1938⁷ eram mais taxativas a respeito da MMF, uma vez que a única menção era uma alusão a uma possível colaboração no ensino ministrado na EEM “segundo condições que serão particularizadas e definidas em Instruções expedidas pelo chefe do Estado-Maior do Exército.” (BRASIL, 1938).

A gestão de Góes Monteiro a frente do Ministério da Guerra foi rápida (18 de janeiro de 1934 a 7 de maio de 1935) e em seu discurso de posse anunciava a completa reforma das leis básicas do Exército, com o principal objetivo de “transformar a estrutura e a mentalidade do nosso soldado, colocando-o em seu verdadeiro lugar. (...) É preciso tirar o Exército da Política e impedir que ela se intrometa no Exército. E isso será feito, não com o rebaixamento, mas com a exaltação do militar. (LOPES; TORRES, 1947: 204).

O discurso descreve como se concretizaria o afastamento da política do interior do Exército especialmente nas instâncias inferiores: reformas disciplinares e das normas das escolas militares. Celso Castro (1994) aponta as transformações no campo simbólico: “Inventou-se um conjunto de símbolos que expressavam o pertencimento dos cadetes a uma *tradição* vinculada aos valores nacionais mais

5 O Regulamento de 1934 foi alterado substancialmente pelo Decreto nº 95, de 21 de Março de 1935, 1935 e por isso será referenciado dessa maneira.

6 Curso de atualização das questões militares e de assuntos ligados a defesa nacional, com no máximo um ano de duração, destinado à oficiais de alta patente, especialmente coronéis. As conferências do curso versavam sobre temas variados, como “preparação para guerra”, tipos de manobras, os “elementos da decisão do chefe”, e “combinação das armas” (abordada em seis conferências).

7 Aprovado pelo decreto nº 3.012, de 24 de agosto de 1938.

profundos.” (CASTRO, 1994: 235). A criação do corpo de cadetes, dos uniformes minuciosamente planejados, especialmente o espadim e a denominação de patronos para as turmas podem ser citados como exemplos desses símbolos.

A intervenção na alta cúpula, militar e política, aparece em outro trecho que já indicava os próximos passos de Góes e de seu grupo: “A voz severa e honesta do Exército clama, reunida à voz altiva e aflita da nacionalidade, por um novo estado de coisas que verifique e alerte a alma coletiva do povo brasileiro.” (LOPES; TORRES, 1947: 203).

Para além das questões internas, Góes acreditava que o Exército estava intimamente ligado aos grandes problemas nacionais, mas também era elemento essencial para suas soluções. As condições das Forças Armadas, principalmente do Exército, refletiam diretamente a saúde política do país. Esse pensamento sintetiza a frase famosa de Góes em seu livro sobre a revolução de 30: “...sendo o exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do exército, e não a política no exército” (MONTEIRO, s/d: 163)⁸.

Assim, parte do pensamento de Góes preconizava um Exército que não se envolvesse em assuntos e disputas políticas, regionais ou nacionais, bem como não reproduzisse internamente as dinâmicas típicas desta. A descrição se aproxima da concepção do “grande mudo”, base do pensamento militar francês da época, ao defender o afastamento das forças armadas do universo político. Para que o Exército não fosse contaminado pelo conflito político, a intervenção concebida por Góes propunha, em última instância, a repressão dos conflitos na sociedade. (PINTO, 2009: 100).

Caberia então à nação se preparar para realizar a política do Exército, entendida como a “preparação para a guerra”, o que envolveria todas as atividades da vida nacional, “no campo material, no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza”, e no campo moral, no tocante “à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a todos os interesses da pátria, suprimindo quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo”. (MONTEIRO, s/d: 163).

8 Não há certeza sobre a data de publicação da obra de edição única. Certamente é posterior a janeiro de 1934, pois tem no apêndice o discurso de posse de Monteiro como Ministro da Guerra em 22 de janeiro de 1934.

Aqui temos uma descrição de mobilização nacional de grande amplitude. Somada a essa percepção, Pinto (2009: 99) aponta que a “Doutrina Góes” concebia o Estado como um organismo de desenvolvimento e expansão do Exército, pois esse processo é força motriz do desenvolvimento nacional. Assim, a preponderância e prevalência do Exército sobre o Estado autoriza intervenções na política e o controle da vida social. (PINTO, 2009, 100).

De acordo com Ronaldo Morais (2009), esse movimento pode ser caracterizado como uma “transição normalizadora” do Exército da década de 1920, marcados pelas ações políticas de oficiais de baixa patente, cujo símbolo máximo foi o tenentismo, para a década de 1930, onde as ações políticas continuariam a ocorrer, mas somente nas altas estruturas do poder militar.

Esse tipo de intervenção é a gênese da intervenção política institucional do Exército, cujo ápice se concretizou com o golpe civil-militar de 29 de março de 1964, pois no contexto da guerra fria, “o grupo militar conservador começaria a se preocupar com as perspectivas de uma intervenção mais orgânica dos militares na política, em termos antes institucionais que individuais, na tradição incentivada nos anos 30 e 40 por Góes Monteiro” (MARTINS FILHO, 2003: 106).

O impulso renovador promovido pela breve gestão de Góes Monteiro teve como foco a reorganização do Ministério da Guerra e do Exército, buscando, em suas próprias palavras, modificar “profundamente a estrutura orgânica das forças de terra” (MONTEIRO, 1935: 51). Em seu relatório para o ano de 1934 são elencadas todas as medidas elaboradas pelo Estado-Maior do Exército, a seu pedido. Em primeiro lugar estão as chamadas leis básicas de reorganização: “a) Organização Geral do Ministério da Guerra; b) Organização dos Quadros e Efetivos do Exército; c) Movimento dos oficiais em tempos de paz; d) Lei de Promoções.” (Monteiro, 1935: 51).

Após essas reformas, vários regulamentos foram elaborados, abarcando diversos setores e instituições militares, com o seguinte balanço: sete regulamentos publicados, seis prontos para a publicação e nove em elaboração. Entre eles destacamos o Regulamento da Escola Militar, dos Colégios Militares, das Escolas de Armas, da Escola de Veterinária do Exército e da Escola de Estado-Maior. As reformas regulamentares tiveram grande preocupação com a educação militar e as instituições militares de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência de aumentar o controle sobre os rumos do ensino militar brasileiro pode ser constatada no esforço dos sucessivos Ministros da Guerra que atuaram desde o governo provisório para reformar o corpo normativo das instituições de ensino militar do Exército, desde os Colégios até a Escola de Estado-Maior. Esse movimento de aumento de controle via normativa se alinhava a outra tendência observada nos estudos dos regulamentos de ensino da Escola de Estado-maior⁹ onde se instituíram ferramentas para intensificar da concentração de poder nas mãos dos altos chefes militares. Reforçavam-se as estruturas disciplinares no interior do Exército, dos colégios militares a Escola de Estado-Maior, com ênfase nos corpos de tropa, ao mesmo tempo em que se intensificava a relação política com o grupo varguista.

A Gestão de Góes Monteiro, embora breve, simbolizou e lançou as bases desse processo de reorganização de forças internas no Exército Brasileiro, marcado pela crescente diminuição da presença e capacidade de ação dos oficiais da missão militar francesa, vide as sucessivas reduções dos contratos e as reformas nas instituições de ensino, que por um lado mantinham elementos da doutrina militar francesa, mas por outro deixava a cargo de oficiais brasileiros a condução dessas instituições.

A distinção fornecida pelo diploma de Estado-Maior aumentava a percepção de que os egressos da EEM faziam parte da nova elite militar, estimulando uma transformação no comportamento do oficial. De chefe militar, restrito aos limites institucionais do exército, para agente político, dotado de “prerrogativas morais” que o colocavam também como elite, em face dos políticos civis. Esse tipo de pensamento idealizado, que colocava o militar como “puro”, “probo”, “honesto” em detrimento de uma classe política “corrupta”. “desonesta” e “interesseira”, marcou algumas ações militares de sublevação, como os levantes tenentistas de 5 de julho (1922 e 1924)¹⁰, embora com diretriz ideológicas distintas, quase opostas¹¹.

9 Desenvolvido em trabalho anterior. (MARCUSO, 2017)

10 Interpretação sociológica da formação do *ethos* militar brasileiro presente em (SANTOS, 2004: 45-67).

11 Para detalhes conferir (MORAES, 1994: 117-144.)

No entanto, na conjuntura do pós-30, a idealização deu lugar ao caráter prático: oficiais superiores ocupariam lugares na alta cúpula da política para serem agentes diretos da transformação. Esse movimento se concretiza na construção da Doutrina Góes Monteiro, concebida nos primeiros anos após a Revolução de 30. A nova elite militar foi criteriosamente selecionada e formada para atuar politicamente não apenas de forma instrumental ou secundária (“política no Exército”), mas a partir de determinações construídas internamente, instituindo a “política do Exército”. A nova elite militar lançava as bases para uma nova forma de atuação política do Exército.

O modelo de organização burocrática e de desenvolvimento econômico implementado por Vargas, especialmente durante a ditadura do Estado Novo, foi amplamente apoiado, e, em parte elaborado, pelas Forças Armadas. José Murilo de Carvalho (2005) se refere a esse período como a “lua-de-mel” entre Vargas e os militares, uma vez que a instauração da ditadura varguista coroou o ideal preconizado por Góes Monteiro de consolidar sua hegemonia política dentro do Exército, e em grande medida eliminar a própria política partidária na sociedade ao fechar os mecanismos de participação. Assim, os militares se alçaram a atores políticos de primeira ordem, garantindo, politicamente, as bases sociais das elites tradicionais e promovendo, economicamente, os interesses da emergente burguesia nacional.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevista de história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: ins-trução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 698f. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR, Amarílio. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 107, p. 489-511, maio/ago. 2009.

BRASIL, Decreto nº 95, de 21 de Março de 1935-Altera o regulamento da Escola de Estado-Maior. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://>

www2.ca-mara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-95-21-marco-1935-522264-publicacao-original-1-pe.html Acesso: 5 jan. 2020.

_____, Decreto nº 3.012, de 24 de agosto de 1938 - Aprova o Regulamento da Escola de Estado-Maior. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.ca-mara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3012-24-agosto-1938-345153-publica-caoriginal-1-pe.html> Acesso: 15 jul. 2020. (1938)

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação**. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Vargas e os Militares: aprendiz de feiticeiro. pp. 102-126. In:_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. "Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar". **Revista de Estudos Históricos**, vol. 7, nº. 14, jul-dez/1994, p. 231-240.

COELHO, Edmundo. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. **Revista Tensões Mundiais**. Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007. pp. 219-256.

ESTEVES, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: EME, 1996.

FUCCILLE, Luis Alexandre. **Democracia e questão militar : a criação do Ministério da Defesa no Brasil**. 291f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira re-pública: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 285f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo. 2005.

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: um estudo social e político**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

LIMA FILHO, Sebastião. **O Que a Escola Superior de Guerra (ESG) Ensinava.** 288f. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil (1808-1946).** Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1947.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao exército bra-sileiro.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. **Educação militar brasileira: os regulamentos de ensino da Escola de Estado-maior do Exército (1905-1937).** 354 fls. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.

_____. O início da atuação da Missão Militar Francesa no Exército Brasileiro: atritos, acomodações e avanços (1918-1928), ARIAS NETO, José Miguel;

RODRIGUES, Fernando da Silva (org.) In: **História militar: entre o debate local e o nacional.** Jundiá: PACO EDITORIAL, 2018, p. 29-55.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política (1945-1964): a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 97-126.

MARX, Karl. (1859) Introdução à Crítica da economia política. In: Marx, Karl. **Os pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. Posfácio à segunda edição alemã (1872) do primeiro volume de 'O Capital'. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, **Obras escolhidas em três tomos.** T. II. Trad. Álvaro Pina. Lisboa: Editora Avante!; Moscovo: Progresso, 1983. pp. 94-103.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937).** trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **Relatório do Ministro da Guerra de 1934.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1935.

MORAES, João Quartim de., **A esquerda militar no Brasil: da Coluna a Comuna.** v.2. São Paulo: Editora Siciliano, 1994.

_____, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977)**. 2009. 667f. Tese (Doutorado em História Social) – USP. São Paulo, 2009.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÊ, Alain. (coord.) **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980. pp. 27-42.

PINTO, Sergio Murillo Lima da Silva. Góis Monteiro e a política do exército. Rio de Janeiro: **Militares e Política**, nº 5 (jul-dez), 2009, pp. 82-101.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SEIDL Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). **Revista de sociologia e política**. v. 16, nº 30, pp. 199-220 jun. 2008.
WRIGHT MILLS, Charles. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.